

# Sarney quer ministros influenciando Comissão

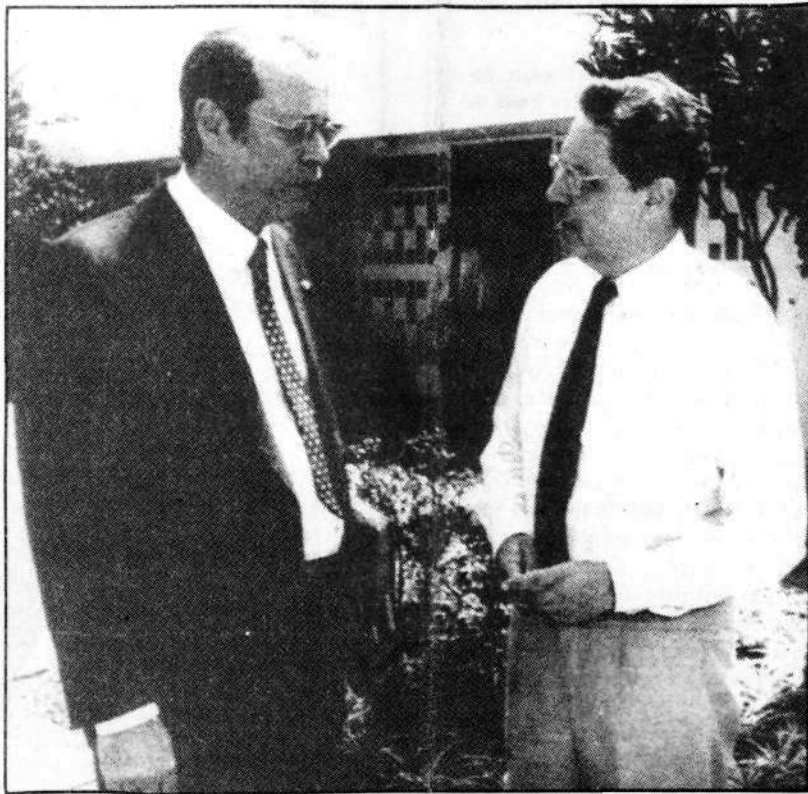
BRASÍLIA — O Presidente José Sarney reúne sete ministros hoje, no café da manhã, no Palácio da Alvorada, para deflagrar uma grande ofensiva de caça aos votos dos constituintes que integram a Comissão de Sistematização, em favor da manutenção do sistema presidencialista de Governo. Sarney determinará uma ação efetiva desses ministros, que têm influência direta sobre parlamentares, somando-os ao grupo de deputados e senadores já engajados no esforço presidencialista do Planalto.

Participarão da reunião os Ministros Raphael de Almeida Magalhães (Previdência Social), Deni Schwartz (Desenvolvimento Urbano), Jorge Bornhausen (Educação), Aníbal Teixeira (Planejamento), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil) e Ivan de Souza Mendes (SNI). A ideia do encontro foi do Deputado federal Sarney Filho (PFL-MA), que desejava uma reunião com todos os ministros para a próxima segunda-feira, mas o Presidente preferiu discutir informalmente o sistema de Governo, e outros temas de interesse do Palácio do Planalto, apenas com o grupo de ministros de mais peso político.

Na verdade, o encontro de hoje, segundo assessores do Planalto, servirá para que Sarney cobre desses ministros resultados. Na última reunião ministerial, no mês passado, ele determinou que trabalhassem sobre os pontos defendidos pelo Governo na Constituinte, entre os quais o sistema de Governo. Nos últimos dias, por telefone, o Presidente renovou essa determinação aos ministros.

— A ordem agora é trabalhar voto a voto — observou um assessor. No encontro, o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, fará um relato das conversas mantidas durante todo o mês com parlamentares de todas as correntes e, especialmente, as que manteve com o Relator Bernardo Cabral, que ontem passou parte da tarde em sua companhia.

No café da manhã, Sarney deverá também definir alguns pontos da estratégia do Governo para garantir a vitória da emenda presidencialista assinada pelo Deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP). Para isso, o Presidente convocou a seu gabinete, no início da noite de ontem, o Deputado Prisco Viana (PMDB-BA), que tem sido seu mais fiel e assíduo assessor político.



Sant'Anna diz a Fernando Henrique que não há mais acordo sobre sistema

## Parlamentaristas do PFL ameaçam Governo com o mandato de 4 anos

BRASÍLIA — O Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), foi advertido por lideranças do PFL de que a rejeição do parlamentarismo, por força de pressão do Palácio do Planalto sobre os constituintes, "levará expressivo setor do partido a adotar posição em favor dos quatro anos de mandato para o Presidente Sarney".

Sant'Anna conversou durante cerca de três horas, na tarde de quarta-feira, com os Deputados Alcení Guerra (PR), Vice-Líder, e Saulo Queiroz (MS), Secretário Geral do PFL, e com o Líder no Senado, Carlos Chiarelli (RS), tendo acertado levar os termos da conversa a Sarney.

A adoção do parlamentarismo foi defendida pelos três dirigentes pefelistas com o argumento da necessidade de criar-se novo pacto, "sem o qual o Governo não terá mais sustentação política no Congresso". A fórmula seria a gradual e o Presidente José Sarney conservaria seus poderes, pois o parlamentarismo propriamente dito só começaria a

vigorar em 1990.

Caso a proposta não seja aceita e Sarney insista na manutenção do presidencialismo, os pefelistas advertiram que se considerarem desobrigados de votar com o Governo no plenário da Constituinte o mandato de cinco anos.

Alcení Guerra disse que a forma como vem sendo conduzida a discussão sobre o sistema de governo provocou "definitivo desencanto com o partido".

— As decisões — frisou ele — estão sendo tomadas por um pequeno grupo formado pelo Senador Marco Maciel, o Ministro Aureliano Chaves e o Presidente Sarney e impostas à bancada pelo Líder José Lourenço com o argumento de que "o Presidente quer".

Segundo Alcení, o Líder não convocou a bancada para discutir o assunto com medo de resultado adverso à sua posição, já que, na atual situação, "apenas a representação baiana do PFL está satisfeita com o Governo".

## Presidente: 'É tempo de firmar posição'

BRASÍLIA — "É tempo de firmar a posição presidencialista", proclamou o Presidente José Sarney, ontem à noite, ao fim de uma longa reunião preparatória ao encontro que manterá hoje com sete ministros. Depois de examinar com o Consultor Geral da República, Saulo Ramos, o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, o Deputado Prisco Viana e o Chefe do Gabinete Civil, Ministro Ronaldo Costa Couto, quatro emendas presidencialistas e fixar-se na Emenda Theodoro Mendes, o Presidente atribuiu a impossibilidade de acordo com os parlamentaristas à falta de unidade desse grupo e declarou definitivamente encerrado o período de negociações.

— Eu dei tempo e me dispus a negociar, mas não me trouxeram nada. Não ofereceram alternativas seguras de governabilidade e de estabilidade para o País — disse Sarney, acrescentando que, além de acionar os ministros, mobilizará os governadores em favor do presidencialismo.

Até adotar essas decisões, Sarney voltou a praticar nas últimas 24 horas a mesma tática que lhe permitiu, no início da semana, resistir às pressões pela adoção do parlamentarismo: acenou novamente com negocia-

ções, enquanto mantinha, através de parlamentares confiáveis, a caça aos votos para a aprovação do presidencialismo na Sistematização.

Ao mesmo tempo em que reafirmava suas críticas ao parlamentarismo e rejeitava todas as propostas neste sentido, Sarney permitia ao Senador Marco Maciel desenvolver gestões, em nome do Governo.

O que preocupa o Planalto é a necessidade de uma representação eficiente para conduzir o processo de votação. O Governo considera que a presença, à frente da Comissão, do Senador Afonso Arinos, defensor do parlamentarismo, e a ainda escassa diferença de votos entre presidencialistas e parlamentaristas, recomendam fortalecer-se ao máximo visando ao controle do processo de votação. A experiência de julho, na Convenção do PMDB, quando o Governo se revelou desarticulado no plenário, serviu de lição.

Além deste esforço de garantir seu controle sobre o processo de votação, o Presidente continuava procurando reduzir o nível de confronto com os parlamentaristas na Comissão. Nesse sentido, permitiu a Marcos Maciel tentar convencer Bernardo Cabral a incluir em seu substitutivo uma fór-

mula presidencialista com Congresso forte e a negociar com o grupo parlamentarista, através do Senador José Richa (PMDB-PR), uma alternativa de entendimento, sem descartar o próprio parlamentarismo.

A conversação de Maciel com os parlamentaristas, em nome de Sarney, provocou uma reação agressiva do Líder do PFL, José Lourenço:

— Sinceramente, até agora não sei o que o Palácio do Planalto decidiu sobre sistema de Governo. Decide uma coisa de manhã, outra à tarde e a Nação já está se cansando dessa indecisão — disse o Deputado, no início da noite, após uma tarde inteira de contatos com Maciel. "O Presidente Sarney tem que entender que é Chefe da Nação e fazer claramente ao País o que ele quer, sem intermediário nem porta-voz", acrescentou.

Lourenço cobrou do Presidente uma postura mais afirmativa, "para acabar com essa perda de tempo que causa instabilidade às instituições". Segundo ele, neste tema, "tudo depende do Presidente".

— Se ele quiser parlamentarismo, vai ser parlamentarismo. Se quiser presidencialismo, terá.

A ambiguidade do Planalto pôde ser sentida, ontem, pela reação de Carlos Sant'Anna à tentativa do Se-

nador Richa de reabrir as negociações. Richa telefonou para Sant'Anna, ao meio-dia, pedindo mais tempo para fazer uma proposta de consenso entre os parlamentaristas, mas a resposta foi definitiva.

— Acabaram todos os prazos, não há mais possibilidades de negociações — afirmou o Líder, lembrando que o prazo para a entrega desta proposta foi adiado duas vezes.

Richa ainda insistiu, lembrando que, "em política, as negociações só acabam quando começa a votação", mas Sant'Anna foi inflexível. Ele tinha o aval do Presidente, que na véspera, ao analisar o documento elaborado pelos parlamentaristas, considerado pouco objetivo, declarou: "Só nos resta a tese presidencialista".

Na tarde de ontem, entretanto, o Líder do Governo recebeu três parlamentaristas do PFL — Saulo Queiroz (MS), Alcení Guerra (PR) e Humberto Souto (MG) —, interessados em informar que a proposta parlamentarista de consenso estava em fase de elaboração. Após o encontro, Sant'Anna comentou apenas que os três deputados estavam "desesperados", tentando inutilmente chegar a esta proposta de consenso.

## Lideranças desistem de negociar com Governo

BRASÍLIA — Os Líderes do PMDB desistiram ontem de negociar o sistema de governo com o Presidente José Sarney, responsabilizando o Planalto pelo fim das conversações.

— Até o momento não recebemos sinal de aceitação ou rejeição à carta que fixava os termos para negociação com o Governo — disse o Líder em exercício na Constituinte, Deputado Euclides Scalco (PR).

Os Líderes estão convencidos de que não há possibilidade de entendimento entre os parlamentaristas e os presidencialistas a tempo de um texto comum ser incluído no substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Mas, segundo eles, este entendimento será tentado na votação na Comissão de Sistematização e até mesmo no plenário da Constituinte.

— Se o Governo esboçar qualquer desejo de prosseguir os entendimentos, nós o levaremos até a exaustão. A hipótese de não haver, agora, não impede que se faça o acordo posteriormente — disse o Líder na Câmara, Luís Henrique (SC).

Defensores do parlamentarismo, os Líderes acreditam que são maioria na Comissão. Mas admitem que, "se o Governo jogar pesado contra",

o resultado pode mudar.

— Não sabemos se os dez votos do PFL e os dois do PTB vão agüentar as pressões — disse um Líder.

Para o Líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), os parlamentaristas, mesmo com a certeza de terem a maioria, vão tentar o acordo para que o sistema de governo não seja aprovado com pequena margem de votos.

Luis Henrique explicou por que o Governo desistiu da negociação:

— O problema é que eles acham que são maioria. Vamos ver.

Os maiores entusiastas da possibilidade de entendimento, o Senador José Richa (PMDB-PR) e o Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), também desistiram do entendimento.

— As negociações pré-texto acabaram — disse Cid, responsabilizando os parlamentaristas pela ruptura das conversações.

Para ele, os setores mais ligados à esquerda do PMDB se sentiram fortes na negociação e começaram a fazer exigências que tornaram o acordo inviável.

— Com as exigências, os de lá perderam a confiança — disse, apontando para o Planalto.

## Grupo parlamentarista se reúne e unifica propostas

BRASÍLIA — O grupo parlamentarista na Assembleia Nacional Constituinte decidiu ontem apresentar uma proposta única de sistema de Governo, unificando as emendas dos Senadores Afonso Arinos (PFL-RJ), Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e Carlos Chiarelli (PFL-RS). Nela sugerem a criação de uma comissão de transição, presidida por indicação do Presidente da República, que seria responsável pela transição do presidencialismo para o novo sistema de Governo nos 12 meses subsequentes à promulgação da nova Constituição.

A Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que faz parte do grupo, explicou que no primeiro ano de implantação do parlamentarismo o Presidente Sarney indicaria o

Primeiro-Ministro e todo o Gabinete, que não poderia sofrer moção de censura nesse primeiro ano.

A proposta ainda será levada ao Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), para que a leve ao conhecimento do Presidente Sarney.

O Senador José Richa (PMDB-PR) saiu da reunião com os parlamentaristas afirmando que o grupo pretende dar uma carta em branco para Bernardo Cabral decidir sobre as disposições transitórias do sistema de Governo, sem fazer nenhuma menção à proposta da comissão. A estratégia é convencer o Relator a adotá-la, em substituição à sua proposta original — que é da autoria do Senador Afonso Arinos.

## Passarinho acha que nova Carta não sai este ano

BELÉM — Na opinião do Senador Jarbas Passarinho (PA), que também é o Presidente nacional do PDS, está irremediavelmente perdida a data de 15 de novembro próximo para a promulgação da nova Constituição brasileira.

Argumentou que caso continuem as marchas e contra-marchas dos grupos interessados em prolongar o debate sobre a forma de governo, o mandato presidencial e outros temas, a tendência da Constituinte é se prolongar até o próximo ano.

Acrescentou que, numa rápida avaliação — apesar das denúncias de retrocesso político — acha que o esboço da nova Constituição já permitir ver diversos avanços em relação à Carta de 1946.

## Aureliano não quer ingerência na Constituinte

SALVADOR — Defensor intransigente do sistema presidencialista, o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, disse ontem, em Salvador, que o Presidente Sarney tem o direito de se manifestar e lutar em favor do presidencialismo e dos cinco anos de mandato para seu Governo. Mas advertiu:

— É dever do constituinte obedecer à sua consciência e à delegação que o povo lhe conferiu nas urnas. Não deve haver ingerência capaz de mudar a opinião de um parlamentar. Congressista consciente não se submete a nenhum tipo de pressão.

Aureliano entende que a discussão sobre o sistema de Governo não é a principal questão da Constituinte neste momento:

— Nenhum dos constituintes se elegeu porque defendia o parlamentarismo. Esse debate não foi tema dos palanques na campanha, o povo não se pronunciou e, portanto, o parlamentarismo não tem respaldo popular — disse o Ministro.

Segundo ele, ao defenderem a adoção do parlamentarismo na nova Constituição, os congressistas "estão confundindo o presidencialismo com a exacerbação do Poder Executivo que aconteceu nesses últimos anos no País". E arrematou:

— O pior que pode acontecer ao País, no momento, é a implantação de um parlamentarismo híbrido, que poderia arruinar de uma vez com nossas instituições.

Apesar das observações, o Ministro das Minas e Energia disse que não é pessimista com relação à futura Carta e pediu ao repórteres para não tratarem de sucessão presidencial:

— Não vamos ser apressados. Não é assunto para ser discutido agora, não sei o que será do futuro e não faço prognósticos — encerrou a conversa, rindo.

## Fórmula de Brossard é o sistema de gabinete puro

SÃO JOÃO DEL REI, MG — O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, revelou ontem a fórmula de sistema de governo que preconiza para solucionar o impasse entre a maioria da Constituinte e o Presidente José Sarney: parlamentarismo puro, "a ser adotado, em sua inteireza, a partir do próximo Governo". A proposta foi feita em discurso na solenidade em que recebeu o título de Cidadão Honorário na Câmara Municipal.

Em entrevista, o Ministro assegurou estar manifestando apenas o seu pensamento, mas admitiu que o Presidente José Sarney estaria sensível à sua proposta.

— Não posso falar em nome do Presidente em assunto desta natureza, mas esta me parece uma solução muito possível e tem antecedentes históricos — disse.

Assessores de Brossard informaram, entretanto, que ele conversou com Sarney antes de vir a Minas, e lhe teria submetido as linhas gerais do pronunciamento.

A fórmula proposta pelo Ministro prevê a moção de desconfiança, pela qual se apura a responsabilidade do Governo, e a dissolução da Câmara por ato do Chefe de Estado, seguida de eleições imediatas.

Brossard está convencido de que esta é uma fórmula capaz de firmar a tendência parlamentarista na Constituinte e defende até, se necessário, o adiamento da entrega do relatório de Bernardo Cabral, para que se obtenha o entendimento.

No discurso e na entrevista, o Ministro criticou duramente as "minorias que ameaçam rasgar a Constituição ainda em elaboração", citando os grupos que considera agressivos: CUT e PT.

— Essas minorias são grupos minúsculos, que substituem a discussão educada pelo grupo organizado e

tribal ou pelo aplauso mecanizado e grupal — disse.

Em Belo Horizonte, o Governador de Minas, Newton Cardoso, considerou que as ideias de Brossard "não têm o endosso do Presidente José Sarney" e representam apenas uma opinião pessoal. Depois de ressaltar que o Ministro ainda está muito apegado aos ideais parlamentaristas da década de 60, o Governador lembrou que a proposta foi derrotada pela opinião pública brasileira no plebiscito de 1962.

Sobre as críticas do Ministro à Constituinte e à participação de uma "minorias exacerbada", o Governador preferiu observar que as Cartas constitucionais de outros países "são sintéticas". Para Cardoso, a Carta deve ser apenas de princípios.

— Temos no mundo dez mandamentos e 700 milhões de leis para cumpri-los — brincou.

Cardoso garantiu que o parlamentarismo "não vingará".

— Vai passar na Comissão o sistema presidencialista — afirmou.

A reforma tributária, que beneficiaria amplamente Estados e Municípios, voltou a ser comentada pelo Governador.

— Houve uma reforma tributária indevida em 1967, a favor da União — explicou. — Precisamos restabelecer o direito anterior dos Estados.

Na sua opinião, será uma melhoria significativa para os Estados o aumento do Fundo de Participação dos Estados (FPE) — formado com recursos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda —, que hoje é de 30 por cento, para 46 por cento.

— Temos que preservar isto e também o Imposto sobre Combustíveis. São mudanças que vamos defender em documento no próximo encontro de Governadores — afirmou.